DELIBERAÇÃO CEE Nº 07/92

Revoga artigo da Del. CEE nº 33/72.

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 2º, parágrafo único da Lei Federal nº 5692/71 e à vista da Indicação CEE nº 05/92, aprovada na sessão plenária, realizada em 14 de outubro de 1992,

DELIBERA:

Artigo 1º - Revoga-se o artigo 22 da Deliberação CEE nº 33/72.

Artigo 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de outubro de 1992.

a) CONS. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Relator

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 2803/72
INTERESSADO : Conselho Estadual de Educação
ASSUNTO : Revogação do artigo 22 da Del.CEE nº 33/72
RELATORES : Cons. Benedito Olegário R.Nogueira de Sá
 Consã Maria Clara Paes Tobo INDICAÇÃO CEE Nº
05/92-CONSELHO PLENO-Aprovada em 14/10/92

O Conselho Estadual de Educação, na Indicação CEE nº 511/72, se propôs a elaborar um projeto de deliberação que substanciasse "a intenção de dotar o sistema de ensino de São Paulo de um instrumento que pudesse, ao mesmo tempo, assegurar a flexibilidade na organização dos estabelecimentos de ensino e garantir a unidade e coerência do sistema diante dos objetivos da educação nacional e das exigências de desenvolvimento do homem e da sociedade.

A Deliberação CEE nº 33/72, aprovada pelo Pleno, fixa as normas para a elaboração do regimento dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Decorridos quase vinte anos da edição da Deliberação CEE nº 33/72, ela continua cumprindo seus objetivos, uma vez que tem preservado a flexibilidade pedagógica de cada escola, garantindo sua individualidade e originalidade; entretanto, legislação federal superveniente demonstrou a necessidade de sua revisão.

Assim é que a Lei Federal 8170 de 17/01/91, que estabelece regras para a negociação de reajustes e mensalidades escolares, e dá outras providências", alterou as competências que o Conselho Estadual de Educação possuía para manifestar - se sobre o assunto.

PROCESSO CEE Nº 2803/72

INDICAÇÃO CEE Nº 05/92

Por outro lado, a Comissão do Legislação e Normas, cm parecer aprovado naquela Comissão, em 12/08/92, considera que o disposto no artigo 22 da Deliberação CEE nº 33/72 "é incompatível com o ordenamento jurídico aplicável à espécie, devendo ser reexaminado por esse Colegiado".

O Regimento Escolar deve regular a organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino, deixando-se as questões financeiras para serem decididas entre a entidade mantenedora, de um lado, o aluno (ou seu responsável), de outro.

Nesse sentido, propõe-se o presente projeto de deliberação para revogar o artigo 22 da Deliberação CEE nº 33/72.

Em 14 do outubro do 1992.

a) CONS. BENEDITO OLEGÁRIO R.N.DE Sá

a) CONSª MARIA CLARA PAES TOBO

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual do Educação aprova, por unanimidade , a decisão do Conselho Pleno , nos termos do Voto dos Relatores.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 do outubro de 1992.

a) CONS. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente